

Uma experiência pedagógica:

o estudo do 25 de Abril como fenómeno histórico

Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia

1 — Introdução

No plano de estudos actualmente em vigor no ISE figura no 1.º ano, portanto no início do tronco comum dos cursos de Economia e de Organização e Gestão de Empresas, uma cadeira anual e obrigatória de História Económica e Social. Porquê esta cadeira? Para que serve a história a um economista ou gestor?

Eis questões que os estudantes naturalmente colocam, às quais os docentes do Gabinete de História Económica e Social devem tentar responder. Para isso torna-se necessária uma reflexão, que não desenvolveremos aqui e que nos leva às seguintes conclusões:

- Os fenómenos económicos do presente, com que os economistas e os gestores trabalham na sua vida profissional, são influenciados pelos factos do passado em geral e pelos processos de longa duração em particular; por isso, é preciso que os estudantes de Economia e Gestão se preparem para levar em conta essas influências no seu trabalho;
- Os processos de longa duração são aqueles em que com maior clareza é possível exemplificar a articulação entre o domínio económico e os restantes domínios da vida social; por isso, o estudo da história é um dos meios mais eficazes para preparar os estudantes para a consideração dessa articulação;
- O futuro não será, podemos dizer com certeza, igual ao presente, tal como o presente não é igual ao passado; por isso, promover o conhecimento do passado é um meio de despertar a atenção dos estudantes para as transformações sociais dos nossos dias, para a sua existência, os seus ritmos, as resistências que se lhes opõem;
- Enfim, devendo os estudantes aprofundar no seu curso o estudo da teoria económica, torna-se útil que eles conheçam o enquadramento histórico do desenvolvimento dessa teoria; por isso, o estudo da história pode ser um auxiliar precioso para o estudo da teoria económica.

Voltemos à primeira destas razões para o economista estudar história e encaremos a questão: como habituar os estudantes a ligar história e presente? Com esse objectivo se optou recentemente por iniciar o trabalho na cadeira pela consideração de fenómenos do presente — o 25 de Abril foi um dos escolhidos. Como se processou a experiência? Quais as suas vantagens e desvantagens? Eis o que pretendemos relatar nesta comunicação.

2 — O decorrer da experiência

O que foi o 25 de Abril? Colocados perante esta questão, os estudantes tendem a avançar três respostas:

- o 25 de Abril foi o conjunto de factos ocorridos em 25 de Abril de 1974, isto é, basicamente, o derrubar do governo de Marcelo Caetano pelo Movimento das Forças Armadas e a sua substituição pela Junta de Salvação Nacional;
- o 25 de Abril foi o conjunto de factos ocorridos num período que decorreu desde 25 de Abril de 1974 até data posterior (que varia, conforme as perspectivas, entre 25 de Novembro de 1975 e a tomada de posse do primeiro governo constitucional), isto é, aquilo que na época ficou conhecido por processo revolucionário;
- o 25 de Abril foi o conjunto de transformações que ocorreram na sociedade portuguesa na sequência dos dois conjuntos de factos anteriormente citados, isto é, a mudança de regime político, a descolonização, as nacionalizações, a reforma agrária, etc.

Esta tripla resposta permite, com facilidade, introduzir um primeiro conjunto de noções operatórias. Com efeito, as três ideias surgidas sobre o que foi o 25 de Abril correspondem a defini-lo, respectivamente:

- como um acontecimento;
- como uma crise conjuntural de desestruturação e reestruturação social;
- como uma transformação estrutural da sociedade.

Torna-se, assim, possível caracterizar e exemplificar as noções de:

- acontecimento, facto localizado e datado, único e irreversível;
- facto de repetição, de duração e extensão variáveis;
- conjuntura, elemento de um facto de repetição de natureza cíclica;

—estrutura, elemento de um facto de repetição de natureza estável.

Uma questão que surge naturalmente na sequência da discussão precedente é a das relações entre o acontecimento e a estrutura. Aparentemente, no caso examinado, o acontecimento (25 de Abril no primeiro sentido) é causa da crise conjuntural (25 de Abril no segundo sentido), e esta da modificação das estruturas (25 de Abril no terceiro sentido). Será mesmo assim?

Para pôr em causa esta perspectiva, sugere-se aos alunos o exame da evolução do comércio externo português desde a segunda guerra mundial aos nossos dias.

Exportações.

Anos	CEE + + AECL	Ultramar	Resto do mundo
1950	42	25	33
1955	44	24	32
1960	43	26	31
1965	48	25	27
1970	54	25	21
1973	62	15	23
1976	68	5	27
1979	69	5	26

Importações

Anos	CEE + AECL	Resto do mundo
1950	46	16 38
1955	57	14 29
1960	58	14 28
1965	57	14 29
1970	58	15 27
1973	57	10 33
1976	52	3 45
1979	49	1 50

É indiscutível que houve uma rápida perda de importância do ultramar no comércio externo português durante toda a década de 70, após uma notável estabilidade nas de 50 e 60, em troca do aumento da importância da Europa nas exportações (fruto, provavelmente, do processo de integração europeia, em que Portugal participou enquadrado na AECL) e do resto do mundo nas importações (fruto, sobretudo, do encarecimento do petróleo bruto). Ora, esta estabilidade, seguida de evolução (e outros fenómenos que se podem recordar, como a emigração maciça para a Europa entre 1960 e 1973 e a consequente importância das remessas dos emigrantes nos países da CEE na formação do rendimento disponível da nação), sugere uma perspectiva diferente da apontada acima:

- a) Foram transformações lentas e profundas da estrutura da sociedade portuguesa, e em especial da sua inserção no contexto internacional, que tornaram, por assim dizer, inevitável o 25 de Abril --acontecimento, enquanto meio de desbloquear a confirmação em termos políticos de uma realidade económica e social;
- b) Esta realidade económica e social, que pode ser designada como uma mudança do complexo histórico-geográfico em que Portugal directamente se insere no contexto do moderno sistema-mundo capitalista, mudança que é o desligar-se do ultramar e o ligar-se à Europa, mostra que aquilo que designámos por estrutura não é só, nem principalmente, o regime jurídico, mas sobretudo uma rede de permanências e modificações regulares na vida social, muitas vezes ignoradas pelos indivíduos e grupos que lhes sofrem os efeitos;
- c) Torna-se igualmente claro o papel primacial do enquadramento externo na evolução da vida de qualquer país em geral e de Portugal em particular no mundo de hoje.

Atingido este ponto, é chegada a altura de explorar os resultados da sucinta análise feita do 25 de Abril. Isso é feito em três planos:

- a) O primeiro é o da consolidação das noções operatórias introduzidas, através:

- da leitura e discussão de textos que as abordem expressamente¹;
 - e da realização de um exercício de aplicação dessas noções a um caso relativamente simples e conhecido dos estudantes²;
- b) O segundo é o da consideração dos métodos de trabalho da história económica e da forma de o economista se aproveitar dos seus resultados, através da referência em aulas de exposição pelos docentes:
- às fases do trabalho do historiador no exame dos factos — reconstituição a partir das fontes; análise com base nas teorias das ciências sociais particulares; síntese — e da sua necessária interacção;
 - e às principais correntes da historiografia económica dos nossos dias — escola marxista, caracterizada pela aceitação do materialismo histórico como teoria geral das sociedades; escola dos *Annales*, caracterizada pela tentativa de fundir a experiência acumulada pela historiografia tradicional nas ciências auxiliares da história (viradas para obtenção de rigor na reconstituição dos factos a partir das fontes), com a utilização das novidades das ciências sociais particulares na análise dos factos e com o forjar de noções operatórias de síntese como as apresentadas nas aulas de discussão; e a cliometria, caracterizada pelo uso sistemático das técnicas criadas pela estatística analítica aplicada (em especial pela econometria) - sublinhando o ecletismo que deve ter o seu aproveitamento pelo economista;
- c) O terceiro é o da passagem para o corpo principal do programa da cadeira, cujos temas fundamentais são:
- as origens do moderno sistema-mundo capitalista;
 - as fases mercantil e industrial desse sistema;
 - e os problemas do mundo de hoje, considerados numa perspectiva histórica.

¹ Os principais livros recomendados são:

História e Ciências Sociais, de Fernand Braudel;

Noções Operatórias para a Abordagem Global das Sociedades, de Vitorino Magalhães Godinho

Introdução à Crítica Política, de Karl Marx

² Tentando aproveitar temas tratados em programas do ensino secundário, Têm-se sugerido os seguintes:

- A explosão demográfica contemporânea, no contexto da história da população;

- A exploração do espaço, no contexto da história dos transportes e da descoberta do mundo

Deve sublinhar-se a propósito do tratamento do programa que:

- se examinam com mais pormenor as épocas mais recentes;
- se considera sucessivamente em cada capítulo o enquadramento internacional e a situação portuguesa (o estudo desta tem sido muito prejudicado pelo facto de os anos lectivos terem sido reduzidos nos últimos tempos a dois períodos, devido ao tardio Início das aulas do 1.º ano).

3 — Balanço da experiência

A experiência que acabamos de descrever foi levada à prática durante os três últimos anos lectivos. Pode, por isso, tentar-se o seu balanço com algum fundamento.

Entre as suas vantagens, poderemos destacar:

- o despertar no início do ano lectivo um interesse muito vivo pela cadeira, que torna, naturalmente, mais profícuo o trabalho desenvolvido;
- o exemplificar logo no primeiro contacto com a cadeira o que é a utilização normal da história pelo economista, fazendo uma espécie de simulação do seu trabalho profissional.

Entre as suas desvantagens, devemos sublinhar:

- a superficialidade com que é fatal efectuar esta primeira abordagem do uso da história como auxiliar da compreensão do presente;
- o carácter polémico de que necessariamente se reveste o debate, por incidir sobre uma questão candente da nossa vida colectiva. ..

Cremos, todavia, que, apesar de tudo, o balanço é positivo — o economista ou o gestor na sua vida profissional não pode deixar de abordar questões polémicas, pelo que não há vantagem em que a escola as evite; e a profundidade e o rigor são uma conquista progressiva, no ensino como na investigação.

Julho de 1982